

UDR fará marcha de

'apoio a constituintes'

2 MAR 1988 ESTADO DE SÃO PAULO

Cerca de 300 produtores agropecuários reunidos ontem em São Paulo decidiram promover no próximo dia 14 de abril uma marcha para Brasília em "apoio aos constituintes". Pretendem dizer a eles que "não deixem uma minoria redigir a Constituição". A decisão foi anunciada pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, que anunciou para os próximos dias reuniões por todo o Brasil para organizar o movimento. "A maioria do Congresso apóia e defende as teses da livre iniciativa, mas existe uma grande acomodação na sociedade brasileira. Queremos mostrar a toda a Nação que a responsabilidade pela nova Carta não é apenas dos 559 constituintes que estão em Brasília, mas de toda a população."

Caiado explicou que a movimentação dos produtores rurais ocorreu logo depois de colocado em prática o decreto nº 236, de outubro passado. Assinado pelo ministro Jader Barbalho, o decreto determina que as terras improdutivas serão consideradas para efeito de reforma agrária. Segundo Caiado, porém, a regulamentação do Decreto 236 "atende a uma minoria de esquerdistas, como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que para justificar a queda da estabilidade no emprego pretendem fazer prevalecer seus propósitos de-

magógicos através da desorganização da produção no campo".

Na regulamentação do decreto 236, conforme Ronaldo Caiado, são consideradas não-produtivas as terras exploradas por terceiros — como arrendatários, meeiros etc. —, "práticas normais e legais que seguem um contrato e agradam as duas partes envolvidas (produtores e arrendatários), dando a ambos condições de desenvolver a terra com lucratividade". Toda área onde é realizado o extrativismo de madeira (para produção de carvão, papel, etc.), conforme as leis de reflorestamento, também foram consideradas não-produtivas, assim como as reservas florestais e as matas em torno dos rios e córregos. Para Caiado, este último item fará com que os fazendeiros da região Sudeste ou da Amazônia não mais preservem matas naturais em suas propriedades, como determina a legislação atual.

Já houve algumas desapropriações com base nessa regulamentação em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, revelou Caiado, no mês passado. Ele acredita que a redação "tem todas as características de um senhor chamado Jafet, ex-assessor de Nelson Ribeiro e ex-superintendente do Incra em Minas Gerais, que está tentando desviar o eixo de atenção do decreto original e com isso aprovar na Constituinte o que ele entenda ser reforma agrária".